**MAGISTRADO EM DISPONIBILIDADE — CÁLCULO DE
PROVENTOS — VERBA DE REPRESENTAÇÃO — AR-
TIGO 18 DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA CONS-
TITUIÇÃO DE 1934**

— O art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição de 1934 abrange todos e quaisquer atos do Governo Provisório. A única exceção possível diz respeito a atos que, com sacrifício do patrimônio particular, locupletam o erário, não se cuidando, em tal caso, de indenização, mas de restituição pura e simples.

— A verba para representação é adminículo, podendo ser retirada sem ofensa ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos.

— Interpretação do art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição de 1934.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**Desembargador Sálvio de Sá Gonzaga e outros versus Fazenda do Estado
de Santa Catarina**

Recurso Extraordinário n.º 3.130 — Relator: Sr. Ministro

CASTRO NUNES

ACÓRDÃO

Vistos, etc.:

Acorda o Supremo Tribunal Federal, em sessão plena, de acôrdo com os votos proferidos e constantes das notas taquigráficas, em rejeitar os embargos, unânimemente.

**Supremo Tribunal Federal, 13 de dezembro de 1943 (data do julgamento)
— Eduardo Espínola, Presidente. — Castro Nunes, Relator.**

RELATÓRIO

O Sr. *Ministro Casiro Nunes* (Relator) — O desembargador Sálvio de Sá Gonzaga e D. Jocelina Jaques Boiteux, viúva do Desembargador José Artur Boiteux propuseram ação na Justiça de Santa Catarina para que lhes fôsse paga a verba de representação a que teriam direito os magistrados mesmo quando postos em disponibilidade por aceitação de funções públicas incompatíveis, representação que a lei estadual, embora assegurando a integralidade dos vencimentos, mandava excluir dos vencimentos da disponibilidade.

O Tribunal de Apelação do Estado não lhes reconheceu êsse direito. Recorreram os autores para o Supremo Tribunal, sendo o caso distribuído à douta 2.^a Turma, que conheceu do recurso, mas lhe negou provimento, por se tratar de atos do Interventor, praticados em dezembro de 1930 e setembro de 1931, insuscetíveis de apreciação judicial, nos termos do art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição de 1934.

Foi relator na Turma o Ministro José Linhares que assim relatou a hipótese, fls. 71: (lê).

Foi o seguinte o voto do relator, fls. 74: (lê).

Votaram os demais Ministros da seguinte forma: (lê).

A Turma, conhecendo do recurso, negou-lhe provimento, contra o voto do Sr. Ministro Carlos Maximiliano.

Os recorrentes embargaram o acórdão, alegando que de outro modo já se decidira na Primeira Turma em caso idêntico e explanando longamente a matéria. São os seguintes os embargos, fls. 90: (lê).

Impugnados a fls. 124, oficiou a fls. o Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral, que opina pela rejeição dos embargos.

Com êste Relatório passo os autos ao Exmo. Sr. Ministro Revisor.

VOTO

O Sr. *Ministro Castro Nunes* (Relator) — Os fundamentos em que assentou a decisão embargada, de acôrdo com a maioria da Turma, pois que só divergiu o Sr. Ministro Maximiliano, não foram destruídos pelos embargantes.

A principal razão é tratar-se de atos de Interventor praticados em 1930 e 1931, insuscetíveis de apreciação judiciária.

Acresce que a lei estadual, dispondo sobre a disponibilidade por aceitação, pelo Magistrado, de cargos no Govêrno, excluía dos vencimentos a verba de representação, que supõe o exercício, e nessa conformidade lhes negou o Interventor a representação pretendida.

Por outro lado a representação é adminículo, podendo ser retirada sem ofensa ao princípio constitucional da irredutibilidade dos vencimentos.

Mas, a vedação da apreciação judicial prejudica o exame dêsses aspectos.

Meu voto é para rejeitar os embargos.

VOTO

O Sr. *Ministro Orosimbo Nonato* — Trata-se de ato que se encontra protegido e adargado pelo art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição de 1934; o qual, ao revés do que pretendem os embargantes, abrange todos e quaisquer atos do Govêrno Provisório, assim os políticos como os administrativos, tanto os que se relacionam com assuntos ligados à implantação e consolidação do novo regime, quanto os praticados no trato ordinário da

Administração. A só única exceção possível diz respeito a atos que, com sacrifício de patrimônio particular, locupletam o erário, não se cuidando, em tal caso, de indenização, mas, de restituição pura e simples.

Quanto aos mais, qualquer distinção encontra a letra mesma do dispositivo constitucional e suas desencobertas e patentes finalidades.

Rejeito, pois, os embargos.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Rejeitaram os embargos, unânimemente.